



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

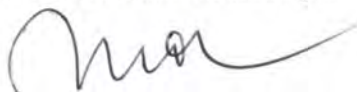
1. - Aprovação do Regimento

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 26º, nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera **aprovar o Regimento para o Mandato 2017-2021.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

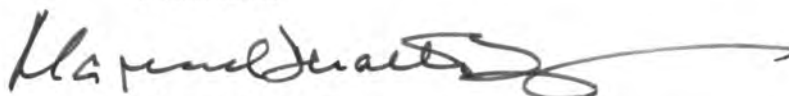
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

3. – Designação de Membros para:

a) - Conselho Municipal de Segurança

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 6º, nº 1, alínea d), i), j) e k), do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, Assembleia Municipal de Abrantes, **designa** os **correspondentes elementos para a sua integração**, conforme documento anexo.

Votação:

Domingos Alves Jaz
Manuel Duarte dos Santos
André Nuno Freixo Grácio
Manuel António Rodrigues Lopes
João Manuel Gomes Leitão Simplicio
Dário Nunes Batista -

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

P. 1/5

A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Eleição para Conselho Municipal de Segurança

Domingos Alves Vaz

Manuel dos Santos

24/11/2017

22-2/5

Grupo da Assembleia Municipal de Abrantes

LISTA AO CONCELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Nos termos da Lei n. º33/98, de 18 de Julho, artigo 5.º, n. º1, alínea J, o grupo municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata vem apresentar a seguinte lista de cidadãos e sujeitá-la a votação:

1. André Nuno Freixo Grácio;
2. Joaquim Manuel Gomes Leitão Simplício;
3. Dário Nunes Batista;
4. João Francisco Salvador Fernandes;
5. João Paulo Mendes dos Santos Bioucas;
6. Tânia Filipa Dias Branco;
7. ~~António Manuel Gomes Leitão Simplício;~~



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda de Abrantes

C

Assembleia Municipal
24 de Novembro de 2017

PONTO 3.a DA O.T.
MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

-Propomos para integrar o Conselho Municipal de Segurança o cidadão:

Manuel António Rodrigues Lopes

-Do mesmo facultaremos todos os dados necessários.

Abrantes, 24 de Novembro de 2017

Bloco de Esquerda de Abrantes,

Joana Pascoal

Joana Pascoal

Pedro Grave

Pedro Grave

eleição Para o C.M.S → C.D.S.: P.P.
conselho Municipal de Segurança (D)
Tiago Fidalgo

Abrevedas 24. Novembro 2017

Thomas Mafume



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

3. – Eleição de Membros para:

b) - Conselho Municipal de Educação

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 5º, nº 1, alínea d) do Decreto-Lei nº 7/2003, na redação da Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, a Assembleia Municipal **elege** por escrutínio secreto, para integrar o **Conselho Municipal de Educação, de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia constante da lista anexa.**

Votação: Votantes: 29
Votos brancos: 0
Votos nulos: 0
Votos contra: 0
Votos a favor,

Bruno Jorge Vicente Tomás (efetivo)
Vitor Hugo Vicente Cardoso (suplente)
com 29 votos a favor.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Fl. 1/2

Lista única



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Eleição para Conselho Municipal de Educação

Bruno Tomás

~~Elisabete Pereira~~

VITOR HUGO

24/11/2017



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

3. – Designação de representante para:

c) - Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 31º, nº 1, alínea b) do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 253/2012, de 27 de novembro, a Assembleia Municipal, **designa para o Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo** _____

Votação:

António Lucas Gomes Mor com 29 votos.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Eleição para Conselho da Comunidade ACES Médio Tejo

António Gomes Mor

24/11/2017



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 30)

3. – Designação de Membros para:

d) – CPCJ

Deliberação: Considerando o disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na atual redação a Assembleia Municipal, **designa** para a **CPCJ – Comissão de Proteção de crianças e jovens (comissão alargada) – Lista A:**

Efetivos:

- Fernando Antunes
- Sónia Frade
- Maria Carolina Horta
- Rui Pedro Vasconcelos

Suplentes:

- Susana Maria Chambel
- José Carlos Venâncio
- Jorge Casanova Beirão

Votação:

Lista A – 25 votos
Lista B – 4 votos

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Eleição para a C.P.C.J.

Fernanda Antunes
Sónia Frade
Maria Carolina Horta
Rui Pedro Mascarenhas

Suplentes

Susana Maria Chambel
José Carlos Veríssimo
Jorge Carmo Beirão

Man
47
Franc

[Signature]

24/11/2017



③

Grupo da Assembleia Municipal de Abrantes

LISTA À CPCJ

Nos termos da Lei n.º 147/99, artigo 17.º, n.º 1, alínea L, o Grupo Municipal do PPD/PSD Partido Social Democrata vem apresentar a seguinte lista de cidadãos e sujeitá-la a votação:

1. Paula Monteiro Pereira;
2. Pedro Alexandre Leitão Grave;
3. Fernando Manuel Ribeiro Teimão;
4. Joana Filipa Martins Pascoal.



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

3. – Eleição de Membros para:

e) – CLAS

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 21º, nº 3, do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, a Assembleia Municipal **designa**, a convite da Câmara Municipal o
(a) Senhor (a) _____ e substituto (a) _____

Votação:

Mania de Fabiana Vicente Ferreira Chancel
suplente: Gloriete Vieira Matias A. F. Pereira.
29 votos a favor.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

P. 1/2



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Eleição para o C. L. A. S.

1 - Fátima Chambel

~~Ricardo Pinto~~

2 - ELISABETE PEREIRA

24/11/2017



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

4. – Apoio à União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede – Pedido de dispensa do pagamento do valor devido pela utilização de autocarro municipal, no dia 17 de setembro, para o transporte de pessoas para o IV Almoço da Terceira Idade, que decorreu em Alferrarede Velha; (PG – 346469)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o disposto no artigo 12.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, a Assembleia Municipal, sob proposta e fundamentos da Câmara Municipal, delibera **autoriza a dispensa do pagamento do valor devido pela utilização de autocarro municipal, no dia 17 de setembro, para o transporte de pessoas para o IV Almoço da Terceira Idade, que decorreu em Alferrarede Velha.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

5. - Reforço ao protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Bemposta para manutenção das Escolas do 1º CEB; (PG 346872)

Deliberação: Considerando o disposto nas alíneas j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Reforço ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Bemposta para o regular funcionamento e manutenção das Escolas do 1º CEB.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

6. - Reforço da verba prevista no Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar, para o ano letivo 2016/2017, aprovado pela Assembleia Municipal em 29 de setembro de 2016; (PG – 292326)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Reforço da verba prevista no Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar, para o ano letivo 2016/2017, aprovado pela Assembleia Municipal em 29 de setembro de 2016**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 19)

7. - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018; (PG – 365018)

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea a) e o disposto no artigo 33º nº1 alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com os artigos 44º a 46º da Lei 73/2013, de 2 de setembro, e com o artigo 29º nº 4 do Anexo à Lei 35/2014 de 20 de junho e ponto 2.3.2 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** as **Grandes Opções do Plano para 2018 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais Mais Relevantes 2018-2021) e respetivo Orçamento para 2018: – Câmara Municipal de Abrantes e Serviços Municipalizados.**

Votação:

Aprovado por maioria com 9 abstenções (5 PSD+
2 EDOU+1 EDS+PJFRH)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

8. - 1ª revisão orçamental de 2017; (PG – 366656

Deliberação: Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do ponto 8.3 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **1ª Revisão Orçamental de 2017**.

Votação:

Aprovado por maioria com 6 abstenções (1 CDS + 4 PSD + PJ. 4H.)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

9. - Realinhamento Estratégico do Modelo de Organização dos Serviços Municipais – Modelo de organização interna, de estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia; (PG – 364881)

Deliberação: Considerando o disposto artigo 6º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** o **Realinhamento Estratégico do Modelo de Organização dos Serviços Municipais – Modelo de organização interna, de estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia**, conforme documento anexo.

Votação:

Aprovado por maioria com 6 abstenções (1 EDS + 4 PSD + 1 PJ-AM.)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Fl. 1/5

Modelo de organização interna, de estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia

A. Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabeleceu um novo enquadramento jurídico para a organização dos serviços das Autarquias Locais.

De acordo com o referido diploma, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.

O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estabelece que os Municípios devem proceder à revisão das suas estruturas organizacionais até 31 de dezembro de 2010, em conformidade com o referido diploma.

Dando cumprimento a esta norma, a Câmara Municipal de Abrantes procedeu a esta adaptação por deliberação do órgão executivo datada de 13/09/2010.

Nos termos do artigo 6.º, a Assembleia Municipal, em 27/09/2010 sob proposta da Câmara Municipal, aprovou o modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas multidisciplinares e de equipas de projeto.

Posteriormente a estrutura viria a sofrer nova alteração por força da entrada em vigor da Lei 49/2012 de 29 de agosto.

A publicação da Lei 42/2016 de 1 de janeiro, viria a revogar os artigos 8.º e 9.º, pelo que a gestão da estrutura orgânica municipal deixou de estar condicionada a números, passando a Autarquia a ter poderes de decisão sobre qual o desenho orgânico que melhor servirá a estratégia definida.

Deste modo, iniciando-se agora um novo ciclo político, é entendido ser este o momento adequado para alinhar a estrutura municipal com a estratégia definida.

Nestes termos, suportando-se no modelo legal atualmente vigente, procede-se à aprovação da estrutura dos serviços municipais.

B. Modelo de organização interna

A organização interna dos serviços municipais de Abrantes obedece ao modelo de estrutura hierarquizada, de acordo com o previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a saber:

1. Estrutura Hierarquizada, aplicada às funções de suporte e organização dos serviços municipais e às funções de natureza operativa, sendo constituída por:
 - 1.1. Unidades Flexíveis, sob a forma de divisões municipais ou unidades;
 - 1.2. Subunidades Orgânicas.

C. Fixação da dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis

1. A dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis é fixada em 12, sendo:
 - 1.1. 12 (doze) unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes, com a qualificação de cargos de direção intermédia de 2.º grau, com a designação de Chefe de Divisão;

D. Fixação da dotação máxima de subunidades orgânicas

1. A dotação máxima de subunidades orgânicas é fixada em 8.

E. Fixação da dotação máxima de equipas de projeto

1. A dotação máxima de equipas de projeto é fixada em 1.

2. Qualificação e designação dos cargos de direção intermédia de 2.º grau no âmbito da estrutura orgânica dos serviços municipais

- 2.1. Aos cargos de direção intermédia de 2.º grau estão cometidas funções de direção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.
- 2.2. No Município de Abrantes, os cargos de direção intermédia de 2.º grau, têm a designação de Chefes de Divisão, conforme estipula a Lei 2/2004 na sua atual redação.

3. Competências dos dirigentes intermédios de 2.º grau

- 3.1. Os titulares dos cargos de direção exercem, na respetiva unidade orgânica, as competências previstas no artigo 8º da Lei 2/2004, na sua atual redação;
- 3.2. Compete, ainda, aos titulares de cargos de direção:
 - 3.2.1. Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
 - 3.2.2. Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
 - 3.2.3. Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
 - 3.2.4. Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
 - 3.2.5. Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
 - 3.2.6. Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os colaboradores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
 - 3.2.7. Divulgar junto dos colaboradores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários;
 - 3.2.8. Proceder de forma objetiva à avaliação de desempenho dos colaboradores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;
 - 3.2.9. Identificar as necessidades de formação específica dos colaboradores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;

3.2.10. Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos colaboradores da sua unidade orgânica;

3.2.11. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

4. Dúvidas e casos omissos

4.1. Em tudo o que não estiver previsto no presente regulamento aplicam-se as normas legais constantes do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pelo artigo 25.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

F. Norma revogatória

Com a publicação do presente Regulamento fica expressamente revogado o anterior Regulamento, publicado no aviso nº 3530/2013, Diário da República, 2ª série, nº 45, de 5 de março de 2013.

G. Entrada em vigor

O presente regulamento, bem como estrutura orgânica nuclear e respetivas disposições, entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

10. - Política Fiscal do Município para 2018: IMI, Derrama, IRS, TMDP; (PG – 366666)

Deliberação: Considerando o disposto nas alíneas b), c), e d) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação, aplicável a cada fonte de receita municipal indicada, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a Política Fiscal do Município para 2018: IMI, Derrama, IRS, TMDP**, conforme documento anexo.

Votação:

- a) Aprovado por maioria com 4 votos contra (PSD) e 3 abstenções (1 CDS + 1 PS + PJ.A.M.)
- b) Aprovado por maioria com 4 votos contra (PSD) e 3 abstenções (1 CDS + 1 PS + PJ.A.M.)
- c) Aprovado por maioria com 6 votos contra (2 CDU + 4 PSD) e 2 abstenções (1 CDS + 1 PJ.A.M.)
- d) Aprovado por maioria com 1 abstenção do CDS.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António-Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/8

Política Fiscal 2018

Proposta de taxas de IMI, Derrama, IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem

A política fiscal municipal:

- faz parte e deve estar ao serviço das ações estratégicas de desenvolvimento para o concelho, extravasando assim a ótica mais restrita de um mero meio de obtenção de receita para o Município;
- deve ser estável e previsível para enquadrar eficazmente as decisões das famílias, dos agentes económicos e do próprio Município, evitando a falta de consistência dos sinais emitidos e a incerteza gerada por uma prática de alterações recorrentes;
- deve promover a equidade;
- deve ser complementada pela ação de outros instrumentos de política, mitigando as limitações das competências municipais nesta matéria e, em muitos casos, a sua menor capacidade para atingir os objetivos visados com maior eficácia e eficiência.

Evolução dos Impostos Diretos – 2016/2017 (1º semestre)

Analisada a evolução dos impostos diretos arrecadados durante o primeiro semestre do ano verifica-se o seguinte:

- o montante total arrecadado a título de impostos diretos apresenta uma redução de 3%, face ao 1º semestre do ano 2016, o que corresponde a um montante de -101.507,55€;
- a Derrama e o Imposto Único de Circulação (IUC), apresentavam valor arrecado superior ao do período homologado do ano anterior (respetivamente, +16.882,78€ e +5.030,14€);
- o IMI apresentava um decréscimo de 2% (-47.802,89€), face ao mesmo período de 2016;
- o IMT apresentava um decréscimo de 19% (-75.045,23€), face ao mesmo período de 2016;

Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - 2016/2017 (1º semestre):

- o montante total arrecadado a título de TMDP (8.317,69€), apresentava uma redução de 24%, face ao 1º semestre do ano 2016, o que corresponde a um montante de -2.630,71€;

Assim, considerando:

- o objetivo de manter a estabilidade financeira do Município;
- o conjunto de projetos previstos no novo Plano Estratégico de Abrantes – Abrantes 2020, o qual se constitui num referencial estruturante na alavancagem de um novo ciclo de desenvolvimento para o concelho;

- o conjunto dos investimentos a realizar no âmbito do Portugal2020 e a necessidade de assegurar a contrapartida nacional desses investimentos (grande parte dos quais já em curso);
- o grau de rigidez da despesa corrente;
- a importância de manter o pleno funcionamento dos equipamentos e infraestruturas e o nível de qualidade dos serviços prestados aos municípios;
- os compromissos financeiros já assumidos com fornecedores e instituições;
- o estipulado na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), particularmente, no nº 2 do seu artº 40º, que obriga a um maior esforço para assegurar “*ex ante*” e durante a execução, o equilíbrio orçamental, uma vez que o saldo corrente tem de assegurar as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos;
- a obrigatoriedade de capitalização do FAM pelos Municípios, nos termos do artº 17º da Lei nº 54/2014, de 25 de agosto;
- outras ações e instrumentos de política fiscal municipal, já implementadas, nomeadamente:
 - a) **de apoio à iniciativa empresarial**, como sejam, os incentivos de natureza fiscal e tributária a projetos empresariais que se revistam de inequívoco interesse municipal, designadamente por via do seu contributo para a criação líquida de emprego no concelho, e que se traduzem na isenção de pagamento dos seguintes impostos municipais:
 - ✓ Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) - imóveis especificamente adquiridos para o exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado;
 - ✓ Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) (5 anos, passíveis de renovação) - prédios destinados ao exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado;
 - ✓ Derrama (5 anos, passíveis de renovação) - empresas instaladas sem atividade direta ou indireta no concelho de Abrantes nos últimos três anos económicos.
 - b) **de apoio à reabilitação urbana situados em ARU**, como sejam:
 - ✓ Isenção de Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), relativamente às operações de aquisição de imóveis localizados na ARU, que venham a ser objeto de obras de reabilitação no prazo de 3 anos a contar da aquisição ou que tenham sido objeto de intervenção, devidamente certificada pela CM, até 3 anos antes da data de aquisição desde que as mesmas correspondam à primeira transmissão onerosa do imóvel reabilitado e se destinem a habitação própria e permanente;
 - ✓ Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), durante 3 ou 5 anos, para imóveis que tenham sido alvo de obras de reabilitação indutoras de ganhos efetivos no nível de conservação e/ou desempenho funcional; minoração de IMI, em 30%, da taxa de IMI relativamente aos imóveis que se encontrem em adequado estado de conservação.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, o seguinte:

1. Imposto Municipal sobre Imóveis

1.1. nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e no cumprimento do estipulado na alínea c) no nº 1 do artº 112º do CIMI, alterado pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), **fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorarem no ano 2018**, sem prejuízo do disposto no nº 7 artº 112º do CIMI, na redação conferida pela Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro, quanto aos Prédios Devolutos:

- a) **a incidir sobre Prédios Rústicos – 0,8%** (taxa definida na al. a) do nº 1 do artº 112º do CIMI)
- b) **a incidir sobre Prédios Urbanos – 0,4%**

1.2. nos termos do disposto no nº 13 do artº 112º-A do CIMI, aditado pelo artº 162º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), **fixar uma redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes** que, nos termos do Código do IRS, compõe o agregado familiar, nos seguintes termos:

- a) **1 dependente a cargo – dedução fixa de 20,00€;**
- b) **2 dependentes a cargo – dedução fixa de 40,00€;**
- c) **3 dependentes a cargo – dedução fixa de 70,00€.**

1.3. nos termos do nº 6 do artº 112º do CIMI, fixar a majoração de 30% aos **prédios urbanos degradados** localizados no centro histórico de Abrantes e identificados na listagem anexa, elaborada conforme disposto no nº 16 do artº 112º do CIMI, considerando-se como tais, uma vez que face ao seu estado de conservação, não cumprem satisfatoriamente a sua função ou fazem perigar a segurança de pessoas e bens.

1.4. nos termos do nº 3 do artº 112º do CIMI e conforme definido no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – PERU, aprovado pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2017, majorar pelo triplo a taxa de IMI aos **prédios urbanos em ruínas** localizados no centro histórico de Abrantes e identificados na listagem anexa.

2. Imposto Municipal de Derrama - O disposto na alínea d) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal fixar as seguintes taxas de Derrama**, nos termos do artº 18º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro:



- lançamento de derrama sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante em **1,5%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00€;
- **isenção de derrama**, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€.

3. Participação variável no Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) – nos termos do artº 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, **fixar em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2019**, com referência aos rendimentos dos munícipes do ano 2018.

4. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – nos termos da al. b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na atual redação, que regulamenta as Comunicações Eletrónicas, designadamente, "os direitos e encargos relativos a implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal", **fixar em 0,25% a taxa municipal de direitos de passagem, para o ano de 2018.**

Abrantes, 6 de novembro de 2017

A Presidente da Câmara
Maria do Céu Antunes Albuquerque



DE	PARA	Nº	DATA
Rui Correia Técnico Superior, Arquiteto Coordenador do Serviço de Fiscalização Municipal Coordenador do Serviço +Rua	João Gomes Vice-Presidente	010/2017-MR	30, 10, 2017

ASSUNTO**Listagem de Imóveis Degradados, eventualmente sujeitos a majoração do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI no Centro Histórico de Abrantes**

O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – PERU, foi aprovado pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2017, publicado em Diário da República n.º 77, 2.ª série de 19 de abril de 2017, através do aviso n.º 4154/2017, dando cumprimento ao previsto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

Para efeito do previsto no ponto 4.3 do referido documento (CARTEIRA DE INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA), é efetiva a necessidade de criação de requerimentos tipo para simplificação dos procedimentos internos. Nesse sentido será pertinente a criação dos seguintes requerimentos (com a simbologia do Mais Rua ou outra que se entenda). Assim:

A exemplo do que sucedeu nos anos de 2003 a 2016, pretende-se definir, nos termos do Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de Novembro, os imóveis degradados, eventualmente sujeitos a majoração, nos termos do nº 7 do art. 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

Mais se refere que face ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – PERU, foi aprovado pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2017, publicado em Diário da República n.º 77, 2.ª série de 19 de abril de 2017, através do aviso n.º 4154/2017, dando cumprimento ao previsto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nomeadamente ao previsto no ponto 4.3 do referido documento (CARTEIRA DE INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA), no capítulo de conservação e reabilitação do parque edificado, existem dois ponto relativamente aos edifícios degradados e muito degradados (consideravelmente em ruínas – sem condições de habitabilidade). As regras abaixo descritas refletem a diferença entre as denominações.

IMI.4
IMI.5

Majoração em 30% da taxa de IMI para prédios urbanos degradados
Triplificação da taxa de IMI para prédios urbanos em ruínas

A planta que se anexa ao processo, refere os imóveis que se considera não cumprirem satisfatoriamente a sua função e colocarem em perigo a segurança de pessoas e bens – tanto degradados e muito degradados.

Consideram-se nesta situação os imóveis nas seguintes condições, vistas isoladas ou cumulativamente:

- 1- Cobertura degradada, em risco de ruir ou já parcialmente em ruína;
- 2- Rebocos degradados;
- 3- Fissuras no pano de fachada;
- 4- Caixilharia em mau estado/disfuncional;

Deve sublinhar-se que não foram efetuadas vistorias a todos os imóveis envolvidos, mas antes uma apreciação exterior conjugada com conhecimentos de facto sobre alguns dos imóveis, havendo mesmo situações anteriores de notificação aos proprietários.

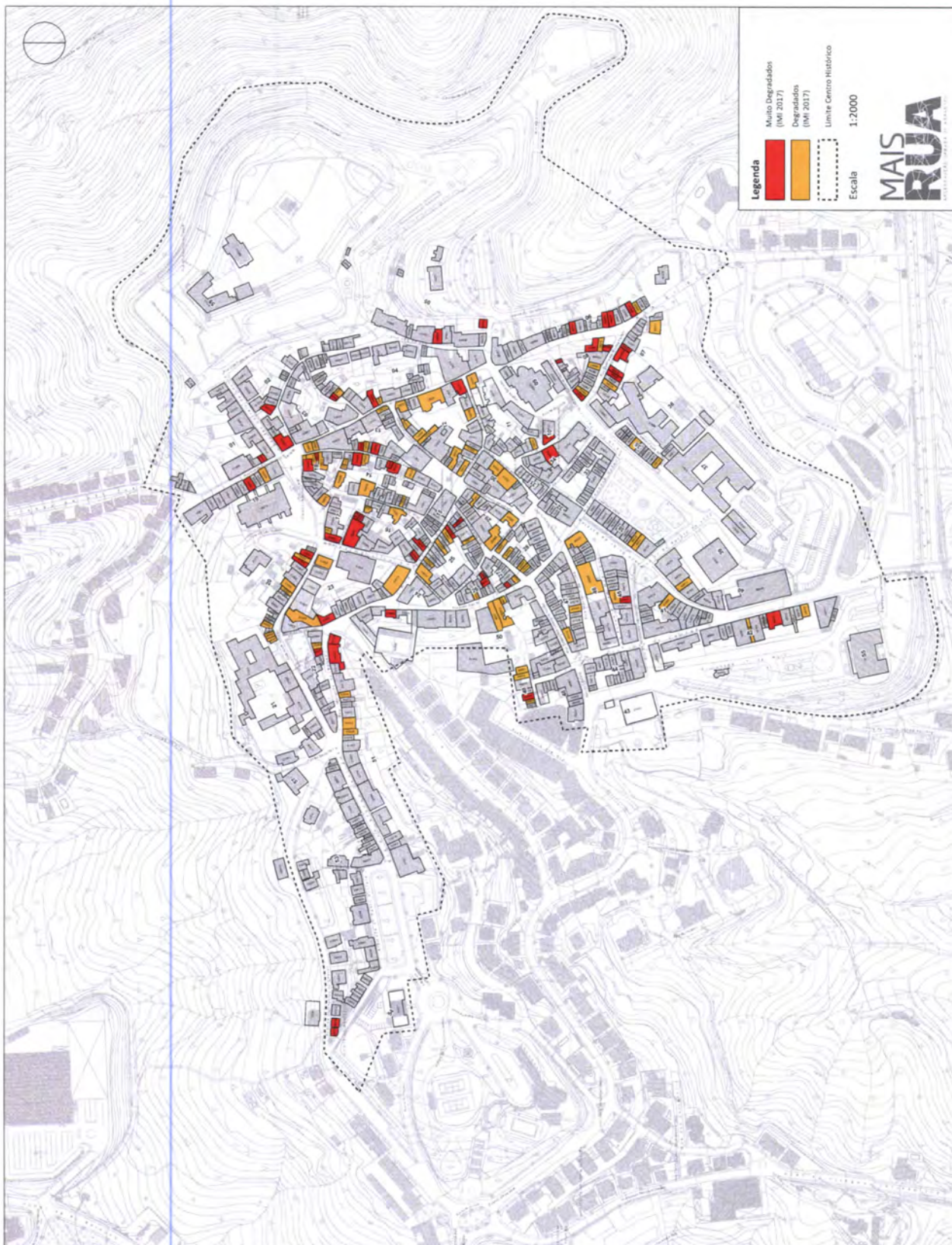
À consideração superior

Rui Correia

Técnico Superior, Arquiteto

Coordenador do Serviço de Fiscalização Municipal

Coordenador do Serviço +Rua





Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

11. - Assunção de Compromissos Plurianuais:

a) - Autorização do compromisso plurianual inerente aos transportes escolares dos alunos dos 2º e 3º ciclos – ano letivo 2017/2018 a efetuar à Rodoviária do Tejo; (PG – 361100)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, do estatuído nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção de compromissos plurianuais com os transportes escolares dos alunos dos 2º e 3º ciclos – ano letivo 2017/2018 a efetuar à Rodoviária do Tejo, no âmbito do contrato de concessão.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

11. - Assunção de Compromissos Plurianuais:

b) - Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianuais - Delegação na Presidente da Câmara durante o ano 2017; (PG – 301547)

Deliberação: Considerando o disposto no n.º 2, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o n.º 3 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a delegação na Presidente da Câmara, para assunção de compromissos plurianuais, durante o ano 2017, que havia sido dada por deliberação de 30 de novembro de 2016 desta Assembleia Municipal.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

11. - Assunção de Compromissos Plurianuais:

c). - Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianuais - Delegação na Presidente da Câmara para o ano de 2018; (PG – 366423)

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 2, alínea k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e o nº 3 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a delegação na Presidente da Câmara, para assunção de compromissos plurianuais, para o ano de 2018, até ao montante de 99.759,58€.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

11. - Assunção de Compromissos Plurianuais:

- d). - SMA - Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianuais - Delegação na Presidente da Câmara durante o ano 2017; (PG – 364659)**

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 2, alínea k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e o nº 3 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a delegação na Presidente da Câmara, para assunção de compromissos plurianuais nos Serviços Municipalizados de Abrantes, durante o ano 2017, mantendo a deliberação de 30 de novembro de 2016 desta Assembleia Municipal.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

11. - Assunção de Compromissos Plurianuais:

- e). - **SMA - Autorização Prévia para assunção de compromisso plurianuais - Delegação na Presidente da Câmara para o ano de 2018; (PG – 364649**

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 25º, nº 2, alínea k) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e o nº 3 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a delegação na Presidente da Câmara, para assunção de compromissos plurianuais nos Serviços Municipalizados de Abrantes, para o ano de 2018, até ao montante de 99.759,58€.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

12. – Moção – Rio Tejo – Qualidade e Quantidade de Água, apresentada pelo PS;

Deliberação:

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/3



Ponto 12.

MOÇÃO

RIO TEJO – QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA

Nos últimos anos tem-se verificado de forma contínua a degradação do Rio Tejo.

Há muito que a comunidade abrantina se manifesta de diferentes formas perante esta problemática que afeta toda uma dinâmica e investimentos estruturais em torno deste reconhecido ativo.

Ultimamente foram criadas grandes expetativas com iniciativas governamentais que indicavam fortes possibilidades de se iniciar um processo de revitalização ambiental do nosso Rio, destacando-se a título de exemplo, a constituição de uma comissão de acompanhamento sobre Poluição no Rio Tejo e a apresentação do plano de ação de fiscalização/inspeção a realizar na bacia do Tejo.

Na verdade, os últimos acontecimentos revelam uma maior destruição do ecossistema do Rio Tejo, com episódios mais frequentes de absoluta degradação, em que inclusivamente as questões de saúde pública começam a sentir-se mais evidentes.

A bancada do Partido Socialista entende que este é o momento de dizer basta, exigindo às entidades competentes ações determinadas e eficazes para pôr cobro à situação atual.

Pretendemos que sejam repostos e garantidos os parâmetros normais relativamente à quantidade e qualidade da água.

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão ordinária no dia 24 de novembro, envia a referida moção para:

Sua Ex.^a Sr. Presidente da República

Exmo. Sr. Primeiro Ministro

fl. 2/3



Exmo. Sr. Ministro do Ambiente

Exmo. Sr. Ministro da Saúde

Exmo. Sr. Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Exmo. Sr. Presidente da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)

Abrantes, 15 de novembro 2017.

A bancada do Partido Socialista de Abrantes



Sessão ordinária – 24 de novembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. ____)

13. – Moção em Defesa de um Rio Tejo Vivo, apresentada pelo BE.

Deliberação:

Votação:

Aprovada por maioria com 15 abstenções no
Partido Socialista e 11 votos a favor (1 CDS +
2 CDU + 2 PS + 5 PSD + P.J.R.H.)

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

PL-1/4



Assembleia Municipal

___ de ___ de 20___

PROPOSTA MOÇÃO EM DEFESA DE UM RIO TEJO VIVO

N/Referência: PRP02/17

Exmo. Sr. Presidente da
Assembleia Municipal de Abrantes

-Ao abrigo da alínea j) nº 2, artigo 10º, do Regimento da Assembleia Municipal de Abrantes, a bancada do Bloco de Esquerda apresenta uma Proposta de Agendamento para debater a moção abaixo, intitulada: **“Moção em defesa de um rio Tejo vivo”**.

-Solicitamos que a mesma seja integrada no Período da Ordem do Dia, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 24 de Novembro de 2017:

Moção em defesa de um rio Tejo vivo

Em dezembro de 2015, o actual governo, através do Ministério do Ambiente, identificou os efluentes da empresa Celtejo, em Vila Velha de Ródão, como um preocupante foco de poluição do rio Tejo.

No final de 2016 os sucessivos alertas, a confirmação pública das suspeitas sobre as fontes poluidoras e a persistência de fortes descargas colocaram definitivamente o problema na agenda política. Já então eram demasiado evidentes as consequências trágicas para o ambiente dos derrames poluidores a partir do emissário da Celtejo, colocado no meio do rio, em frente a Vila Velha de Ródão.

A jusante quase havia desaparecido a fauna piscícola e os lagostins, fonte de rendimento dos poucos pescadores que ainda resistem, aparecendo a montante, para os lados de Espanha.

O problema era reconhecido pelo Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do Rio Tejo, sendo a sua resolução incluída entre as medidas prioritárias no Plano Gestão da Região Hidrográfica Oeste do Oeste e Tejo.



A 19 de Janeiro de 2017, em Abrantes, é apresentado o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental, afirmando o Ministro do Ambiente que a impunidade tinha acabado.

Pese embora saber-se quem é a empresa poluidora – Celtejo - , continuam a verificar-se descargas poluidoras no rio Tejo, hipotecando, a jusante, os investimentos amigos do ambiente.

Depois de já por diversas vezes terem ocorrido diversas mortandades, no mês outubro do corrente assistiu-se a uma dantesca mortandade de espécies piscícolas na Barragem do Fratel. Centenas de milhares de peixes podiam ser vistos à superfície, tal a carência de oxigénio dissolvido na água.

Numa altura de seca extrema, a água do rio Tejo poderá servir para uso humano e o seu estado impede essa utilização.

Não temos dúvidas algumas que, neste momento, está em causa o Estado como agente protetor do ambiente e das populações.

Faço ao exposto, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão ordinária no dia 24 de Novembro, solicita que sejam tomadas medidas urgentes para que a empresa Celtejo cumpra os limites de descarga em meio hídrico, respeitando os valores anteriores à nova licença de descarga emitida em 2016, que triplicou os valores num claro atentado ambiental.

Enviar a moção para:

Exmo Sr Presidente da República

Exmo Sr Primeiro Ministro

Exmo Ministro do Ambiente

Exmo Sr Ministro da Saúde

Presidente da APA

Presidente da CCDR Centro

Presidente da CCDR Alentejo



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda de Abrantes

Pela Bancada do Bloco de Esquerda de Abrantes

Pedro Grave